ASSOCIAÇÃO DIREITOS HUMANOS EM REDE

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

ASSOCIAÇÃO DIREITOS HUMANOS EM REDE

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Tel: +55 11 3848 5880
Fax: +55 11 3045 7363
www.bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho, 90
Consolação - São Paulo
SP - Brasil | CEP 01050-030

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e Administradores do
Associação Direitos Humanos em Rede
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação Direitos Humanos em Rede** (**"Conectas"**), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Direitos Humanos em Rede** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Conectas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparabilidade, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sem modificação datado de 17 de fevereiro de 2017.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de abril de 2018.

BDO RCS Auditores Associados Ltda.
CRC 2 SP 015165/O-8

Waldemar Namura Júnior
Contador CRC-1SP154938/O-0

Associação Direitos Humanos em Rede

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em reais

Ativo	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	2017	2016
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	6.804.134	6.417.995	Contas a pagar	90	14.341
Outros contas a receber (Nota 4)	79.893	50.832	Obrigações tributárias (Nota 6)	69.540	39.582
			Obrigações sociais (Nota 7)	339.212	237.114
	6.884.027	**6.468.827**	Doações antecipadas (Nota 8)	3.539.112	3.489.858
Não circulante				**3.947.954**	**3.780.895**
Depósitos judiciais	66.505	37.099			
Imobilizado (Nota 5)	177.450	206.992			
Intangível (Nota 5)	29.305	-	**Patrimônio líquido (Nota 9)**		
	273.260	244.091	Patrimônio social	3.209.333	2.932.023
Total do ativo	**7.157.287**	**6.712.918**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**7.157.287**	**6.712.918**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Direitos Humanos em Rede

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em reais

	2017	2016
Receitas sem restrições		
Doações nacionais (Nota 8)	95.172	269.517
Doações no exterior (Nota 8)	6.715.355	6.656.540
Receitas com gratuidades (Nota 11)	152.115	88.767
	6.962.642	**7.014.824**
Despesas das atividades (Nota 10)		
Custos das áreas temáticas	(5.224.327)	(4.957.433)
Despesas continuadas	(2.117.903)	(2.232.541)
Despesas tributárias	(68.341)	(91.803)
Recuperação de despesas	164.860	15.081
Outras despesas	(2.048)	(911)
	(7.247.759)	**(7.267.607)**
(Déficit) antes do resultado financeiro	**(285.117)**	**(252.783)**
Resultado financeiro (Nota 12)	**562.427**	**742.138**
Superávit do exercício	**277.310**	**489.355**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**277.310**	**489.355**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Direitos Humanos em Rede

Demonstrações das mutações do patrimônio liquido
Em reais

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2015	2.442.938		**2.442.938**
Superávit do exercício	-	489.355	489.355
Ajuste exercício anterior	-	(270)	(270)
Incorporação de superávit	489.085	(489.085)	-
Em 31 de dezembro de 2016	**2.932.023**	**-**	**2.932.023**
Superávit do exercício	-	277.310	277.310
Em 31 de dezembro de 2017	**2.932.023**	**277.310**	**3.209.333**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Direitos Humanos em Rede

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2017
Em reais

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	277.310	489.355
Depreciações	52.007	31.352
Baixa depreciação	(970)	-
Ajuste depreciação	(161)	-
Baixas de ativo imobilizado	3.018	13.186
Despesas antecipadas	2.243	-
Ajuste exercício anterior	-	270
Superávit do exercício ajustado	**333.447**	**534.163**
(Aumento) Redução em ativos		
Outras contas a receber	(31.306)	(243.362)
Depósitos judiciais	(29.406)	(37.099)
Aumento (Redução) em passivos		
Contas a pagar	(14.250)	(14.521)
Obrigações sociais	102.099	(38.495)
Obrigações tributárias	29.958	28.530
Doações antecipadas	49.254	(1.329.196)
Caixa líquido proveniente (utilizado) nas atividades operacionais	**439.796**	**(584.395)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(53.657)	(62.506)
Caixa líquido utilizado das atividades de investimento	**(53.657)**	**(62.506)**
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**386.139**	**(646.901)**
Caixa e equivalentes de caixa no fim exercício	**6.804.134**	**6.417.995**
Caixa e equivalentes de caixa no início exercício	**6.417.995**	**7.064.896**
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**386.139**	**(646.901)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Direitos Humanos em Rede

Notas explicativas administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em reais

1 Contexto operacional

A Associação Direitos Humanos em Rede ("Conectas" ou "Entidade") é uma organização não governamental internacional, sem fins lucrativos, fundada em setembro de 2001 em São Paulo - Brasil. Sua missão é promover a efetivação dos direitos humanos e do Estado Democrático de Direito, no Sul Global - África, América Latina e Ásia.

Desde janeiro de 2006, tem status consultivo junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e, desde maio de 2009, dispõe de status de observador na Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos. Sua visão é de um mundo justo, com um movimento de direitos humanos realmente global, diverso e efetivo, onde instituições nacionais e a ordem internacional sejam mais transparentes, efetivas e democráticas.

Planejamento estratégico - Conectas 2020

Em 2016, a Conectas passou por um processo para reavaliar seu trabalho e estabelecer seu Planejamento Estratégico para os próximos anos.

Então, equipe e o Conselho decidiram reorganizar o trabalho da Conectas nos próximos anos em três áreas prioritárias: (i) Violência Institucional; (ii) Fortalecimento do espaço democrático; e (iii) Desenvolvimento e Direitos Socioambientais.

As atividades em cada uma das 3 áreas são planejadas em iniciativas com objetivos claros e prazos e serão apresentadas na próxima seção. A principal mudança no Planejamento Estratégico 2020 da Conectas é que as 3 áreas temáticas trabalharão usando os vários elementos - conforme apropriado - da caixa de ferramentas desenvolvida pela Conectas nos últimos 15 anos. Esta caixa de ferramentas inclui:

Atuação Internacional
- Denuncia violações de direitos humanos nos mecanismos internacionais;
- Estuda, analisa e formula recomendações/proposições/soluções com base em análises comparadas;
- Monitora e incide na política externa do Brasil e dos países do Sul Global para que contribuam no fortalecimento dos direitos humanos.

Articulação e Parcerias
- Cria espaços para troca de experiências e construção de parcerias nacionais e internacionais para fortalecer o movimento de direitos humanos;
- Responde a emergências e se solidariza com pessoas e grupos que tiveram seus direitos humanos violados;
- Serve de radar para possibilitar respostas rápidas e coletivas a ameaças.

Atuação Jurídica
- Identifica, analisa e produz pareceres e notas técnicas sobre legislações que afetam os direitos humanos;
- Realiza ações de litigância estratégica, judicial e extrajudicial, no âmbito nacional e internacional, em especial no Supremo Tribunal Federal e nos Sistemas Interamericano (OEA) e Universal (ONU) de Direitos Humanos;
- Monitora decisões do sistema de justiça e produz pesquisas para sensibilização e advocacy.

Incidência
- Influencia o debate público de maneira técnica e apartidária;
- Propõe soluções e pressiona o poder público para implementá-las;
- Exige transparência do Estado.

Comunicação e engajamento

- Leva a mensagem dos direitos humanos de forma acessível, inspiradora, engajadora e atrativa;
- Veicula informações rigorosas e precisas;
- Constrói narrativas que promovem os direitos humanos e contrapõem retrocessos;
- Vocaliza posicionamentos da organização;
- Constrói uma rede pública de engajamento e mobilização.

Administrativamente, a Conectas possui um corpo diretivo composto por 01 (um) Diretor Executivo e 01 (um) Diretor Adjunto, a fim de dar suporte a todas as atividades da organização. O setor administrativo e financeiro é responsável pelo Balanço Patrimonial e Demonstração do Superávit do exercício, movimentações bancárias e questões tributárias e de imunidade e incentivos fiscais. Toda a execução orçamentária é feita por este setor em conjunto com os coordenadores das áreas específicas, que executam as áreas temáticas; estas também interagem entre si e abrangem atividades nacionais e internacionais.

A área de captação de recursos está dividida em duas áreas de atuação: doadores individuais e fundações e grandes doadores. A primeira sendo focada principalmente em captação online, por meio do site e das mídias sociais da Conectas, nas quais são lançadas campanhas com o foco exclusivo em alcançar pessoas interessadas em doar para o trabalho da organização. A equipe de captação trabalha na aquisição de doadores e também no relacionamento. A segunda focada principalmente na elaboração de propostas para fundações nacionais e internacionais, fundos internacionais e embaixadas para receber fundos e manter o relacionamento com financiadores através de relatórios periódicos.

A comunicação é a área da Conectas responsável por estabelecer o diálogo da organização com a sociedade, pautando a imprensa a respeito dos temas prioritários da agenda de direitos humanos, oferecendo contraponto aos debates, produzindo conteúdos e informações com rigor jornalístico e engajando o público em nossas causas prioritárias. Respondendo à diretoria, a área é composta por um coordenador, dois jornalistas, uma especialista em eventos e outra especialista em marketing digital. Além de cuidar da imagem e reputação da organização e prestar contas à sociedade a respeito de nosso trabalho, a comunicação é responsável por estabelecer as estratégias de divulgação das iniciativas, atender e direcionar as demandas de imprensa, e atualizar os canais da organização, como o site institucional e as redes sociais.

2 Apresentação das demonstrações contábeis e descrição das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades sem fins lucrativos.

De acordo com a Norma ITG 2002, alterada pela ITG 2002 (R1 - 2015), revisão advinda da Resolução CFC no 1.409/12 e Decreto Federal nº 7.237, de 20 de julho de 2010 e Lei nº 11.638/07 e alterações, onde estão contabilizados, adicionalmente, o valor justo dos trabalhos voluntários e das gratuidades (Nota 11).

Na elaboração das demonstrações contábeis foi necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações, incluindo estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, a apuração do valor justo dos ativos financeiros, provisões necessárias para passivos e outras avaliações. O resultado real pode apresentar variação em relação a essas estimativas. A Conectas revisa essas estimativas e premissas pelo menos quando da preparação das demonstrações contábeis.

As presentes demonstrações contábeis serão submetidas à aprovação do Conselho Deliberativo da entidade em abril de 2018.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Associação e, também, a sua moeda de apresentação.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras, com liquidez diária, que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizadas pela Associação para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.3 Ativos financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado **(a)** e empréstimos e recebíveis **(b)**. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os títulos e valores mobiliários são classificados como "Títulos para negociação". Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

(a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado (déficit/superávit)

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do superávit na rubrica "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do superávit afetada pela referida operação.

(b) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem outras contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando método da taxa de juros efetiva, quando aplicável.

2.4 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição. Os bens recebidos em doação, pelo valor destacado em documento firmado pelo doador ou, na ausência deste, pelo valor simbólico de R$ 1 (um real), em contrapartida da conta de receita de doações. As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme demonstrado na Nota 5.

(a) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos não financeiros são revisados periodicamente para verificação do valor recuperável. Quando houver indicio de perda do valor recuperável (*"impairment"*), o valor contábil do ativo é testado.
Uma perda pela redução do valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.5 Contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.6 Tributos incidentes sobre as operações

A Associação Direitos Humanos em Rede é uma entidade sem fins lucrativos, isento de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido (Nota 13). Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias da atividade, destacamos os seguintes: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos; (b) contribuição para a Associação Nacional do Seguro Social (INSS) - pagamento integral da contribuição patronal e de empregados; (c) IRRF sobre rendimentos de aplicações financeiras - retenção feita regularmente pelas instituições financeiras (d) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - contribuição de 8% incidente sobre o montante da folha de pagamentos.

2.7 Demais ativos e passivos circulantes

Os ativos são demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos e deduzidos por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável. Os passivos registrados são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

2.8 Patrimônio líquido

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

2.9 Apuração do resultado

As receitas com doações e contribuições são reconhecidas contabilmente quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência.
Ao final do exercício, os recursos não utilizados e que estão comprometidos com projetos são classificados no passivo como "Doações antecipadas".

3 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Contas-correntes	370.268	8.231
Aplicações Financeiras (*)	6.433.866	6.409.764
	6.804.134	**6.417.995**

(*) Representados por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, remunerados a taxas pós-fixadas em torno de 95,5% ao ano do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e por operações compromissadas, com liquidez diária e utilizados pela Associação para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

4 Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2017, referem-se, principalmente, a adiantamento de aluguel e adiantamento a empregados.

5 Imobilizado e Intangível

	2017			2016	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação - %
Bem Móves					
Móveis e utensílios	151.155	(61.682)	89.473	93.281	10
Equipamento de Informática	193.866	(114.959)	78.907	106.768	20
Equip. de Telecomunicações	15.061	(6.110)	8.951	6.707	10
Equipamentos eletrônicos	590	(472)	118	236	20
	360.6721	(183.223)	177.450	206.992	
Bens intangível					
Softwares	40.294	(10.988)	29.305	-	20
	400.966	**(194.211)**	**206.755**	**206.992**	

A movimentação do imobilizado e intangivel pode ser assim demonstrada:

	2017	2016
No início do exercício	**206.992**	**189.024**
Aquisição de bens	53.657	62.506
Baixa de bens	(3.018)	(13.186)
Baixa de imobilizado		
Depreciação	(50.876)	(31.352)
No final do exercício	**206.755**	**206.992**

Foram feitas doações às Casas André Luiz de mobiliários não utilizados. As baixas e os ajustes foram efetuados mediante laudo físico fornecido pela AFIXCODE para atualização dos bens conforme normas contábeis estabelecidas pelo CPC 27 - Ativo imobilizado.

6 Obrigações tributárias

A partir de 1º de julho de 2015, com vigência do Decreto nº 8426/2015, as pessoas jurídicas tributadas com base no regime não cumulativo devem apurar a contribuição para PIS/PASEP e a COFINS pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente.

Define a Lei nº 10.637/02, em seu art. 8º, e a Lei nº 10.833/03, em seu art. 10, que as pessoas jurídicas imunes a impostos ficam sujeitas ao regime cumulativo das contribuições. Assim, por não haver tratamento específico, as pessoas jurídicas isentas, como a Conectas, se sujeitariam ao regime não cumulativo, e, portanto, deveriam tributar suas receitas financeiras conforme o Decreto nº 8.426/2015, que traz as alíquotas de 0,65% para PIS/PASEP e 4% para COFINS. Visto que, conforme art. 13 da Medida Provisória nº 2.158-35/01, a contribuição para o PIS/PASEP de entidades isentas é calculada sobre a folha de salários, somente ocorreria a apuração de COFINS sobre as receitas financeiras das entidades isentas.

A Conectas optou por discutir judicialmente o tributo com base em orientação de seus advogados, por meio de mandado de segurança preventivo, com pedido de liminar inaudita altera parte, tendo como base:

- Inconstitucionalidade da instituição do tributo
- Da imunidade, respaldada no 195, § 7ª da Constituição Federal, amparada pelo Artigo 3º da Lei nº 8.742/93 (Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS).

Não obstante, a Conectas efetuou provisão no valor de R$ 69.540 (R$ 39.582 – 2016), conforme balanço patrimonial - "Obrigações tributárias" para o devido recolhimento em juízo enquanto aguarda o resultado da discussão judicial.

7 Obrigações sociais

Referem-se principalmente a encargos relacionados à provisão de férias.

8 Doações e doações antecipadas

A entidade recebeu doações com a finalidade de manutenção e programação dos projetos sociais sob sua responsabilidade.

Do total dos recursos recebidos em 2017 no montante de R$ 10.501.754 (2016 - R$ 10.415.915), R$ 6.962.642 (2016 - R$ 6.926.057) foram aplicados neste exercício e R$ 3.539.112 (2016 - R$ 3.489.858) serão aplicados em 2018 na continuidade dos projetos.

9 Patrimônio liquido

O patrimônio liquido é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio social inicial, acrescido dos valores dos superávits e diminuído dos déficits ocorridos.

Na hipótese de extinção da associação, o patrimônio será necessariamente destinado à entidade ou entidades sem fins lucrativos com propósitos semelhantes, qualificada nos termos da Lei no. 9.790/99.

Na hipótese de a associação perder a qualificação instituída na Lei o. 9.790/99, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

10 Despesas das atividades

	2017	2016
Serviços prestados pessoa jurídica	(643.311)	(682.023)
Serviços prestados pessoa física	(20.809)	(82.395)
Gastos com pessoal	(1.054.563)	(975.503)
Gastos com viagem	(33.965)	(49.470)
Custos com projetos (*)	(5.224.327)	(4.957.437)
Outras despesas	(270.784)	(520.779)
Total	**(7.247.759)**	**(7.267607)**

Importante ressaltar que, a partir do ano de 2017, Conectas determinou, por meio de planejamento estratégico (Nota 1 – Planejamento Estratégico – Conectas 2020) a transversalidade entre suas atividades; portanto, agora dividimos nossas atividades em Áreas Temáticas – estas subdivididas em Iniciativas* - e não mais em projetos.

Áreas Temáticas	**2017**
Violência Institucional	1.449.298
Fortalecimento do Espaço Democrático	2.654.590
Desenvolvimento e Direitos Socioambientais	1.120.439
Total	**5.224.327**

representadas por:

Área Temática	**Iniciativa**	
Violência Institucional	Pessoas Privadas de Liberdade	554.397
	Controle da Polícia	376.384
	Drogas	257.469
	Protestos	261.048
Fortalecimento do Espaço Democrático	Laicidade	49.791
	Sociedade Civil em Espaços de Decisão (CNDH)	267.774
	Leis que restringem a Sociedade Civil	49.813
	Colóquio	817.301
	Strategy Web	212.316
	Sur 25 e 26	692.416
	RPU Brasil	268.072
	Migração	297.107
Desenvolvimento e Direito Socioambiental	Financiamento do Desenvolvimento	283.118
	Acesso à justiça	207.423
	Comércio de Armas	254.031
	Responsabilidade das Empresas	177.782
	Acordos de investimentos	13.900
	Litígio Climático	184.185
	Total	**5.224.327**

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS

Programa de Violência Institucional

Pessoas privadas de liberdade

Como parte desse trabalho para garantir os direitos das pessoas privadas de liberdade e o funcionamento democrático das instituições de justiça e do sistema carcerário, a Conectas é representante da sociedade civil no Comitê Nacional de Prevenção e Combate a Tortura (CNPCT) e no Conselho da Comunidade da cidade de São Paulo, nos quais a Conectas faz visitas aos locais de detenção e também pressiona o governo para garantir direitos fundamentais. Como parte do trabalho de visita a locais de detenção, a Conectas visitou o Complexo Penitenciário Anísio Jobim, em Manaus (AM) poucos dias após a rebelião que deixou 56 mortos e que desencadeou a crise de violência em presídios de outros Estados.

Em 2017, a equipe da Conectas publicou o estudo Tortura Blindada, que investigou a atuação do ministério público, da defensoria pública e da magistratura frente a denúncias de tortura feitas durante audiências de custódia na cidade de São Paulo. Com base nessa pesquisa, a omissão dos agentes públicos foi identificada e quantificada e diversas recomendações foram feitas a cada órgão. Para combater a tortura, a Conectas também manteve em 2017 um trabalho permanente com parceiros de incidência legislativa pela aprovação de leis estaduais que criem o mecanismo de prevenção e combate a tortura nos estados de São Paulo e Maranhão.

Em 2017, Conectas e parceiros pediram que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA) fizesse audiência públicas sobre o sistema prisional e também sobre as violações no sistema socioeducativo. As audiências ocorreram em março em Washington, Estados Unidos, e entidades da sociedade civil contestaram os dados apresentados pelos representantes do governo brasileiro. Em evento paralelo, Conectas também apresentou os dados do relatório Tortura Blindada.

A atuação internacional da Conectas no caso do Presídio de Pedrinhas – no Maranhão também levou à Corte Interamericana a questionar o governo brasileiro sobre a situação dos presídios no país. Com base na análise de quatro casos sobre diferentes presídios no país, a Corte entendeu que não são casos isolados e que a crise no sistema prisional é estrutural, e convocou representantes das vítimas dos quatro casos e representantes do governo brasileiro para audiência pública em São José, Costa Rica que ocorreu em maio.

Para ampliar o conhecimento sobre a situação do sistema prisional brasileiro, a Conectas sistematizou as informações do INFOPEN 2014 em uma plataforma digital de fácil acesso para pesquisadores, estudantes e o público em geral. Em 2017, Conectas atualizou o site com as informações referentes ao INFOPEN 2016. O site finalizado será lançado em 2018.

Direito ao Protesto

Conectas trabalha permanentemente contra quaisquer iniciativas que visem cercear o direito ao protesto. Nessa área a Conectas usa de litigância estratégica para manter influenciar decisões administrativas e jurídicas. Como parte desse trabalho, a Conectas atua em diversos casos no Supremo Tribunal Federal sobre o direito a protesto a fim de influenciar o debate e as decisões.

Além disso, Conectas trabalha para que o Ministério Público faça o controle da ação policial durante protestos. Como parte dessa ação, a Conectas apresentou uma representação ao Ministério Público de São Paulo (MPSP) sobre a ação do MPSP em protestos. A representação foi arquivada em São Paulo, por isso em 2017 a Conectas enviou uma representação ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para que este exija uma resposta do MPSP. A representação ainda não foi julgada.

Conectas também atuou em ação no CNMP na qual se discute quais órgãos tem a competência para julgar abusos policiais ocorridos em protestos. A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) iniciou processo interno para investigar abusos policiais em protestos em São Paulo em 2013, pois são violações de direitos humanos. O MPSP então abriu ação no CNMP pois considera que quem deve investigar abusos policiais é o ministério público estadual, já que a polícia é órgão estadual. Em 2017 a Conectas manteve incidência no CNMP defendendo que violações de direitos humanos, como violência policial contra manifestantes, são competência também da procuradoria federal.

Controle da atividade policial

Em 2009, devido a falta de investigação suficiente por parte do Ministério Público de São Paulo no caso de cinvo jovens assassinados em 2006 no Parque Bristol, periferia da cidade de São Paulo, Conectas levou o descaso do governo brasileiro à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Esses assassinatos foram parte de uma série de execuções sumárias conhecidas como Crimes de Maio.

Com apoio da Conectas, familiares das vítimas, apresentaram uma moção para à Procuradoria-Geral da República (PGR) pela reabertura do caso a nível federal. Em 2016, a PGR pediu ao Superior Tribunal de Justiça pela federalização do caso, em 2017 a Conectas apresentou um *amicus curiae* ao tribunal apoiando a federalização e manteve durante todo o ano incidência para a aprovação do pedido da PGR. Conectas também manteve incidência perante da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) para que essa recomende ao Brasil a federalização e reabertura do caso. Uma audiência sobre a ação policial do Brasil foi pedida em dezembro de 2017 e está marcada para março de 2018, na CIDH.

Lei de Drogas

A chamada "Guerra às Drogas" é responsável por uma escala estratosférica de violações de direitos humanos. Conectas vem denunciando há anos as limitações e impactos da Lei de Drogas de 2006, sobretudo na justiça criminal. Juntamente com uma ampla rede de organizações da sociedade civil, a entidade realiza pesquisas, incidência legislativa para evitar novos retrocessos, propõe avanços no sentido de descriminalizar o uso ou regulamentar a produção, o comércio e o consumo de determinadas substâncias, assim como utiliza mecanismos internacionais para fazer denúncias e instiga debates públicos constantes com diferentes setores da sociedade.

A violência da lei de drogas fica clara em ações com a feita pela Polícia de São Paulo na chamada *Cracolândia* no centro da cidade. Em resposta a essa ação violenta, Conectas e parceiros fizeram um apelo urgente a quatro relatores especiais da ONU nas áreas de saúde, detenção arbitrária, moradia e tortura pedindo que o Brasil preste esclarecimentos sobre essa ação que cometeu violações de direitos humanos.

Conectas também requereu - e conseguiu - que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos promovesse inédita audiência sobre as violações de direitos humanos decorrentes da atual política brasileira de combate às drogas. A audiência, realizada no âmbito da CIDH, foi realizada em maio em Buenos Aires, com a presença dos comissários e de representantes do Estado brasileiro.

Além de acionar mecanismos internacionais para pressionar mudanças na política brasileira, a Conectas também se engajou em iniciativas de outras organizações da sociedade civil como o International Drug Policy Consortium que é a maior rede internacional de organizações que trabalham com o tema. Também em outubro, representante da Conectas apresentou em Atlanta em conferência sobre reforma de leis de drogas sobre as ações de litigância estratégica que a Conectas realiza para impedir retrocessos e evitar maiores violações de direitos humanos devido a lei de drogas.

Programa de Fortalecimento do Espaço Democrático

Leis que restringem a atuação da sociedade civil

Conectas mantém um trabalho permanente contra leis que restringem o trabalho da sociedade civil, entre elas a lei antiterrorismo, na qual a Conectas e outras entidades da sociedade civil conseguiram vetar importantes partes para proteger à sociedade civil. Em 2017, deputados e senadores conservadores apresentaram projetos para ampliar a aplicação da lei aprovada em 2016. A Conectas manteve atenção constante para mapear esses projetos e incidir no legislativo para barrar esses projetos.

Além de trabalhar diretamente com a lei antiterrorismo no Brasil, Conectas atua internacionalmente em relação à pressão do GAFI (Grupo de Ação Financeira Contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo) para implementar recomendações que acabam por cercear a atuação da sociedade civil. O GAFI é uma entidade internacional da qual o Brasil faz parte. Em 2017, a Conectas trabalhou em conjunto com o Consorcio Internacional sobre o Fechamento do Espaço Cívico (iCon) e fez parte do grupo responsável pela Coalização de ONGs sobre o GAFI para incluir a sociedade civil nos debates sobre o combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo sem prejudicar a atuação da sociedade civil.

Sociedade civil em espaços de decisão

Em setembro de 2016, o Brasil foi eleito pela Assembleia Geral da ONU para assumir um posto no Conselho de Direitos Humanos. Em 2017, a Conectas pressionou o Brasil para votar de acordo com as regras nacionais e internacionais de direitos humanos e atraiu a atenção da mídia para a atuação internacional do Brasil.

Conectas também trabalha com parceiros para influenciar a política externa de outros países. O strategy-web é um projeto com uma metodologia inovadora para fortalecer entidades da sociedade civil que trabalham com política externa e direitos humanos. Conectas construiu um espaço para dialogo e intercâmbio de boas práticas com os seguintes parceiros: Forum Asia (Tailandia); Centro para os Direitos Humanos da Universidade de Pretória (África do Sul); Comissão Mexicana para a Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (México); KontraS (Indonésia); Iniciativa da Commonwealth para Direitos Humanos (Índia) e a Parceria para a Justiça (Nigéria). Em 2017, o grupo se reuniu em São Paulo para discutir estratégias e desenhar uma pesquisa a ser lançada em conjunto em 2018.

Em maio, o Brasil passou pelo terceiro ciclo da Revisão Periódica Universal nas Nações Unidas. Conectas trabalhou para engajar a sociedade civil brasileira para trazer informações embasadas para a comunidade internacional. Com esse objetivo, a Conectas trabalhou com parceiros para apresentar oito relatórios sobre a situação dos direitos humanos no Brasil para a ONU.

Conectas também promoveu encontros de jornalistas e estudantes para informa-los sobre o processo da RPU, e lançou um site com informações acessíveis para informar a sociedade brasileira sobre o funcionamento da RPU e os efeitos dela para o Brasil. A partir de maio, a Conectas trabalhou em conjunto com parceiros para pressionar o governo brasileiro a aceitar as recomendações feitas durante a RPU.

Migração

Conectas também atua para a efetivação dos direitos dos migrantes no Brasil. Em abril, o plenário do Senado aprovou o projeto de lei que revoga o Estatuto do Estrangeiro da época da ditadura militar e institui a nova Lei de Migração. Conectas tem trabalhado desde 2013 pela aprovação da nova lei, que abandona a visão do migrante como ameaça à segurança nacional e passa a tratá-lo como sujeito de direitos. Entre outras mudanças, a nova legislação desburocratiza o trâmite para obtenção de documentos, acaba com a proibição de participação em protestos e garante o devido processo para casos de expulsões.

Conectas teve um papel central na articulação da coalizão que levou a aprovação da nova lei. Durante o debate no Senado, os parlamentares usaram o documento elaborado pela Conectas "Mitos e Verdades" para defender a lei. Conectas é ciente que uma reforma legislativa em temas de direitos humanos requer monitoramento e pressão social constante. Apesar da lei ser um grande avanço, o decreto que veio para regulamenta-la a contradiz em vários aspectos e Conectas já tem se mobilizado junto a parceiros para denunciar e reverter esses retrocessos.

Revista Sur

Em 2017, a Conectas lançou duas edições da revista Sur. Em julho foi lançada uma edição especial sobre recursos naturais e direitos humanos que reuniu estudos de caso notáveis e significativos que ilustram que a exploração de recursos naturais é uma das principais causas de diversas violações de direitos humanos. A Sur 25 também trouxe o perfil de três mulheres que lutam pelos direitos humanos e ambientais inspiradas por suas crenças religiosas e originárias de comunidades impactadas; um trecho da história em quadrinhos "La Lucha: A História de Lucha Castro e os Direitos Humanos no México", idealizada pela Organização *Front Line Defenders;* ensaios de ativistas do México, do Brasil e da França e artigo de Philip Alston entre outros. As fotografias de Khaled Hasan (Bangladesh) e Jashim Salam (Bangladesh) foram apresentadas na revista e também em exposições na cidade de São Paulo.

Em dezembro, a Conectas lançou a 26ª edição da revista Sur intitulada 'Retomando o Espaço Civil' na qual ativistas de todas as partes do mundo, em especial do sul global, escreveram sobre três eixos principais: causas da repressão à sociedade civil, estratégias usadas para responder à repressão e financiamento aos ativistas nesse contexto. Com o objetivo de apoiar ativistas a escrever os artigos e fomentar o debate, a Conectas organizou em outubro uma oficina de escrita em São Paulo para 12 ativistas que escreveram para Sur. As atividades da oficina ocorreram durante o Colóquio Internacional de Direitos Humanos.

Colóquio Internacional dos Direitos Humanos

Juntamente com o Forum Asia (Tailândia); Centro de Direitos Humanos da Universida de Pretória (África do Sul) e DeJusticia (Colômbia), a Conectas organizou entre 1 a 6 de outubro de 2017 o 15º Colóquio Internacional de Direitos Humanos em São Paulo. O tema "Direitos Humanos Hoje: Crise ou Transição?" o Colóquio convidou ativistas e membros de organizações não governamentais para uma reflexão coletiva sobre o papel do movimento dos direitos humanos no contexto atual no qual direitos e liberdades tem sido seriamente ameaçados. No total, 182 pessoas participaram do Colóquio.

Programa de Desenvolvimento e Direitos Socioambientais

Responsabilidade das empresas

Em consonância com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, Conectas trabalha permanentemente para efetivar os princípios e as diretrizes internacionais no Brasil, por meio da sensibilização de governo, sociedade civil e empresariado sobre a importância do respeito pelas empresas das normas internacionais de direitos humanos. Além disso, realiza-se incidência sobre o governo brasileiro para fiscalização e implementação de recomendações internacionais do Grupo de Trabalho da ONU para Empresas e Direitos Humanos, entre outras.

Em 2017, Conectas iniciou um projeto de monitoramento da implementação das 28 recomendações do GT da ONU ao governo e às empresas brasileiras. O acompanhamento se dá em 4 eixos: (i) políticas públicas governamentais; (ii) políticas e práticas empresariais; (iii) marco normativo e regulatório; e (iv) casos concretos de violações a direitos humanos por empresas, conforme os empreendimentos citados pelo GT em seu relatório após a visita ao Brasil (Belo Monte, Rio Doce/Mariana, Suape, Vila Autódromo/Olimpíadas etc.).

A organização também já levou ao Fórum Anual de Empresas e Direitos Humanos da ONU discussões sobre acesso à justiça, responsabilidade de bancos públicos e privados pelos direitos humanos, os impactos de direitos humanos no contexto de políticas de investimento. Conectas também acionou mecanismos internacionais contra o enfraquecimento da política de erradicação do trabalho escravo no Brasil.

Financiamento do Desenvolvimento

Agências de fomento são importantes para o desenvolvimento e deveriam levar em conta fatores socioambientais na aprovação de projetos, que muitas vezes têm impactos substanciais e não seguem regras internacionais de consulta prévia nem outros direitos humanos. Nesse sentido, Conectas trabalha internacionalmente para incluir garantias de desenvolvimento sustentável na estratégia de financiamento do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS. Conectas esteve presente durante a segunda reunião do banco para pressionar por compromissos concretos e também fez parceria com a Universidade de Jindao, na Índia, para desenvolver um conceito de infraestrutura sustentável, projeto que deu origem a uma publicação inédita sobre o tema.

Comércio de armas

Conectas faz parte desde 2016 da Coalização pela Exportação Responsável de Armas e, em 2017, a Conectas manteve um advocacy permanente pela ratificação do Tratado sobre Comércio de Armas no congresso nacional. Além do trabalho nacional, a Conectas também acionou mecanismos e coalizões internacionais. No fim de 2017, a Camada dos Deputados aprovou a ratificação do tratado que seguiu para o Senado e foi aprovado em 2018. Aguarda-se agora apenas o depósito do instrumento de ratificação.

Acesso à justiça

Conectas trabalha em parceria com organizações locais para visibilizar a situação de comunidades afetadas pela violação de direitos socioambientais por empresas e buscar a responsabilização dessas empresas. Dentre os casos que a Conectas trabalha estão o colapso da barragem de Fundão no Rio Doce em diversos estados; a construção da Usina de Belo Monte no Pará; exploração de trabalho escravo em fazendas de café em Minas Gerais e a construção do Porto de Suape em Pernambuco. Conectas visitou os locais afetados por essas obras em 2017, recolheu informações sobre a situação e acionou mecanismos internacionais, como o Grupo de Trabalho da ONU para Empresas e Direitos Humanos e o Ponto de Contato Nacional das Diretrizes da OCDE, para buscar a responsabilização das empresas e reparação dos atingidos e atingidas.

Litígio Climático

A utilização de instrumentos jurídicos é uma aposta crescente entre entidades de defesa do meio ambiente e dos direitos humanos para compelir Estados e empresas a assumirem suas responsabilidades pela contenção das mudanças climáticas. Em parceria com proeminentes organizações do campo, Conectas participa de um projeto que explora as possibilidades e alternativas para a litigância

11 Valor justo dos trabalhos voluntários e gratuidades

Os trabalhos voluntários identificados pela administração, bem como o seu valor justo, podem ser assim descritos:

	2017	2016
Voluntários	104.281	4.163
Gratuidades (Membros do Conselho)	47.834	84.604
Total	**152.115**	**88.767**

Esses valores foram reconhecidos na demonstração do superávit na rubrica de "Receitas com gratuidades" com contrapartida em "Despesas das atividades".

O valor justo dos trabalhos voluntários descritos acima, estão apresentados de acordo com a Interpretação ITG-2002 (R1 - 2015) advinda da Resolução CFC no. 1409/12. Foi determinado a partir do valor que a Associação estaria disposta a pagar a um terceiro para que ele prestasse o mesmo serviço executado pelos voluntários. Nesse sentido, a administração fez sua melhor estimativa de valor justo com base em informações do próprio prestador de serviço, uma vez que, em geral, ele também presta o mesmo serviço para outras entidades, mas com remuneração, e/ou com base em informações de mercado - especialmente no caso de prestação de serviços para a qual há um mercado ativo e maduro, onde as informações sobre o custo de serviços é amplamente divulgado ou de fácil obtenção, sempre considerando o porte e complexidade das operações da Conectas.

Já para as gratuidades, a Associação entende que o trabalho executado pelos membros do Conselho não é trabalho voluntário, haja vista que há obrigações legais oriundas deste cargo não remunerado. Assim, esse trabalho é gratuito e, por isso alocado em gratuidades. Como base de cálculo de valor por hora de trabalho, foi atribuído o custo do salário da Diretora Executiva, o maior salário pago pela instituição.

12 Resultado financeiro

	2017	2016
Rendimento de aplicação financeira	567.679	746.603
Outras receitas financeiras	538	402
Despesas bancárias	(5.491)	(4.667)
Outras despesas financeiras	(299)	(200)
	562.427	**742.138**

13 Imunidade do imposto de renda e isenção das contribuições previdenciárias e sociais

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade, desde que atendidas às demais condições legais.

A Associação atende aos requisitos da legislação sendo imune do imposto de renda (com base no artigo 150 da Constituição Federal) e isento da contribuição social sobre o superávit e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) conforme Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, que dispôs, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas dessa contribuição às receitas relativas às atividades próprias das instituições de caráter cultural a que se refere o artigo 15 da Lei nº 9.532/97. Em consonância com as divulgações requeridas pela NBC ITG -2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros", caso a entidade não fosse isenta a alíquota vigente para recolhimento é 9% (contribuição social) e 7,6% (financiamento da seguridade social - COFINS), 1,65% PIS/FATURAMENTO, 15% (Imposto de Renda). A Conectas tem o título de OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, por Despacho do Secretário Nacional de Justiça, publicado no DOU de 07 de novembro de 2003 e renovado até 30 de setembro de 2018.

14 Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais relevantes, contra a entidade, que figurem com probabilidade de perda provável ou possível.

15 Outras informações

(a) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Associação não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

(b) A Associação não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes pós sua saída ou plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

(c) Conectas possui Seguro D&O desde 26/02/2016, que compreende o pagamento a título de perdas e danos, devido a terceiros pelo Seguro em decorrência de ato ou fato, pelo qual seja responsabilizado, reclamado e/ou notificado durante o período de vigência da apólice, ou, quando expressa contratualmente previsto, em data anterior compreendida no período de retroatividade de cobertura, desde que o segurado tenha comunicado a seguradora durante o período de vigência do seguro e que o terceiro tenha a ele apresentado sua reclamação, durante a vigência da apólice ou durante o período complementar ou suplementar se adquirido pelo segurado. O âmbito de cobertura é mundial, com as seguintes coberturas adicionais:

- Cobertura para processos judiciais, administrativos ou arbitrais, incluindo, mas não limitando, à responsabilidade cível, consumerista, previdenciária ou criminal;
- Custos de investigação conduzida por órgão governamental;
- Reclamações relacionadas à responsabilidade tributária;
- Práticas Trabalhistas Indevidas (EPL);
- Erros e omissões na prestação de serviços profissionais e falha dos produtos;
- Custos de Defesa para Multas e Penalidades;

- Processos de Bens e Liberdade;
- Bloqueio e indisponibilidade de bens;
- Reclamações movidas por uma pessoa segurada;
- Reclamações movidas pelo tomador, organizações ou entidades externas;
- Custos incorridos em processos de extradição;
- Reclamações por dano material e corporal;
- Reclamações por dano moral;
- Cobertura automática para novas subsidiárias;
- Cobertura para processos já existentes contra PJ que venham a recair, durante a vigência da apólice, contra os administradores em função da desconsideração da personalidade jurídica;
- Cobertura para custos de defesa para reclamações relacionadas à concessão de Garantias pessoais (Aval e Fiel depositário);
- Custos emergenciais;
- Proteção da imagem pessoal (Despesas de Publicidade);
- Cobertura para Inabilitação
- Eventos extraordinários com reguladores;
- Gerenciamento de crises.

16 Eventos subsequentes

Não observamos nenhum evento subsequente entre o encerramento contábil e emissão deste documento que ensejasse menção neste documento.

Juana Magdalena Kweitel
Diretora Executiva

Juraci da Conceição Vieira
Contador CRC-1-SP160.881-O-0